

<p><b>Código de boas práticas para a condução dos procedimentos de controlo dos auxílios estatais</b></p> <p><b>Resumo para o cidadão</b></p>
---

## **A Comissão Europeia propõe um Código de boas práticas para a condução dos procedimentos de controlo dos auxílios estatais**

**A Comissão irá melhorar a transparência, credibilidade e previsibilidade dos procedimentos de controlo dos auxílios estatais.**

### **1. QUAL A RAZÃO PARA MELHORAR OS PROCEDIMENTOS EM MATÉRIA DE AUXÍLIOS ESTATAIS?**

Os auxílios estatais podem ser de grande utilidade para a sociedade se forem concedidos, por exemplo, para melhorar o ambiente, incentivar a investigação e o desenvolvimento ou aumentar a formação dos trabalhadores. Contudo, os auxílios estatais também podem ter consequências negativas; podem contribuir, por exemplo, para que empresas não eficientes permaneçam no mercado, o que a longo prazo levará a um aumento dos preços para os consumidores. As empresas podem igualmente criar conflitos entre governos, ao ameaçarem transferir os seus investimentos para o país que lhes oferece maiores subvenções. Por conseguinte, os auxílios estatais devem ser apreciados pela Comissão, a fim de garantir que contribuem para a realização dos objectivos fixados em comum. Para alcançar este objectivo é crucial o estabelecimento de procedimentos eficazes, simples e previsíveis.

As diferentes fases do procedimento normalizado para o controlo dos auxílios estatais estão previstas no Regulamento processual de 1999<sup>1</sup>. Mas a condução prática deste procedimento pode ser melhorada significativamente em termos de duração, transparência e previsibilidade, através de um compromisso assumido pela Comissão e pelos Estados-Membros no sentido de respeitarem algumas boas práticas. Actualmente, são necessários em média 5 meses para a Comissão poder adoptar uma decisão baseada numa investigação preliminar da medida notificada e mais de 21 meses se a Comissão tiver necessidade de dar início a uma investigação aprofundada. Estes prazos longos e uma certa falta de previsibilidade quanto ao calendário das decisões relativas a casos individuais não se adequam às necessidades da economia moderna.

### **2. DE QUE MODO ESTE CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS PODE AJUDAR A RESOLVER ESTE PROBLEMA?**

Este Código de boas práticas deve melhorar a disciplina de todas as partes; incentivar a utilização de contactos prévios à notificação e racionalizar a troca de informações entre a Comissão e o Estado-Membro durante a fase de investigação preliminar; aumentar consideravelmente a qualidade das notificações dos Estados-Membros, o que permitirá acelerar a apreciação dos casos depois da notificação.

O Código de boas práticas deve igualmente tornar o procedimento mais transparente em benefício das partes interessadas. O Código irá criar um procedimento por fases, portanto mais previsível para o tratamento das denúncias, prevendo-se, nomeadamente, uma melhor informação dos seus autores quanto ao adiantamento do procedimento.

---

<sup>1</sup> Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho, de 22 de Março de 1999, que estabelece as regras de execução do artigo [93.º] do Tratado CE (JO L 83 de 27.3.1999, p. 1).

### **3. QUEM BENEFICIARÁ COM A NOVA COMUNICAÇÃO?**

O Código de boas práticas beneficiará todas as partes interessadas: os Estados-Membros e os beneficiários dos auxílios beneficiam, uma vez que recebem mais rapidamente as decisões em matéria de auxílios estatais. As outras partes interessadas também serão beneficiadas, porque terão possibilidade de comunicar as suas preocupações à Comissão antes de esta adoptar uma posição final sobre uma medida de auxílio estatal notificada.

### **4. QUANDO ENTRARÁ EM VIGOR A NOVA COMUNICAÇÃO?**

O Código foi adoptado pela Comissão em 29 de Abril de 2009 e deve entrar em vigor antes do Verão.